



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E DOS ÓRGÃOS DA ESTRUTURA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CREDFAZ SCS QD. 05 - Bl. "C" – Ent. 165/169 - Gal. Nova Ouvidor – Ed. CREDFAZ CEP 70305-917 www.credfaz.org.br E-mail :credfaz@credfaz.org.br

Autorizada pelo BACEN em 24/10/95 – CNPJ/MF 00.952.415/0001-65

Relatório de Gestão do Exercício de 2008

1 - INTRODUÇÃO

As tabelas a seguir resumem a evolução e composição das principais fontes e aplicações de recursos da CREDFAZ nos últimos cinco anos.

Tabela 1

CREDFAZ/Evolução (2004=100,0) dos recursos próprios e das Aplicações em empréstimos nos últimos 5 anos (2004/2008). Em R\$ 1.000,00												
Fontes de Recursos Próprios								Aplicações				
Ano	Capital Social (A)		Reserva Legal (B)		Sobras Líquidas (C)		Pat. Líquido (D) = (A) + (B) + (C)		Empréstimos (principal) (E)		Empréstimos (principal + rendas a receber) (F)	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
2004	9.270,7	100,0	2.948,9	100,0	1.990,0	100,0	14.209,6	100,0	14.221,9	100,0	18.618,6	100,0
2005	11.629,9	125,4	3.245,9	110,2	2.184,5	109,8	17.060,3	120,1	17.746,6	124,8	25.948,6	139,4
2006	13.543,5	146,1	3.923,9	133,0	3.025,4	152,0	20.492,8	144,2	23.407,8	164,6	35.312,8	189,7
2007	16.950,8	182,8	5.449,0	184,8	4.220,4	212,1	26.620,2	129,9	27.754,1	195,1	43.388,7	233,0
2008	19.742,3	212,9	7.972,3	270,3	4.371,2	219,7	32.085,8	225,8	33.556,0	235,9	54.128,3	290,7

Tabela 2

CREDFAZ / Composição percentual dos recursos próprios nos últimos 5 anos (2004/2008) (%)				
Fontes de Recursos Próprios				
Ano	Capital Social (A)	Reserva Legal (B)	Sobras Líquidas (C)	Pat. Líquido (D) = (A) + (B) + (C)
2004	65,3	20,7	14,0	100,0
2005	68,2	19,0	12,8	100,0
2006	66,1	19,1	14,8	100,0
2007	63,7	20,5	15,8	100,0
2008	61,5	24,9	13,6	100,0

Fonte: Tabela 1.

No que se refere às fontes, ressalte-se que o Capital Social manteve participação de mais 60,0% de na composição do Patrimônio Líquido, embora tenha apresentado índice de crescimento mais modesto comparativamente ao que se deu com os valores da Reserva Legal e das Sobras Brutas, no período (Tabelas 1 e 2).

Esse resultado era esperado e decorreu da estratégia que, segundo a Administração, foi bastante exitosa, no sentido de reforçar as disponibilidades próprias da Cooperativa, sobretudo para atender às renovações de empréstimos já em andamento, que tiveram aumentados seus limites de valor em função dos acréscimos de margem consignável verificados, e em conjuntura de acirramento da concorrência entre consignatários do serviço público, com destaque para Bancos e Financeiras em geral.

Tabela 3

CREFAZ / Evolução relativa dos empréstimos pari passu à do Patrimônio Líquido no período 2004/2008: refletindo ampliação dos prazos, redução dos juros cobrados e a alavancagem de recursos próprios. Em R\$ 1.000,00							
Relações / Alavancagem							
Ano	Patrimônio Líquido (A)	Empréstimos (principal) (B)	Empréstimos (principal + rendas a receber) (C)	(D) (B)/(A)	(E) (C)/(A)	base em (D)	base em (E)
						2004=100,0	2005=100,0
						(%)	(%)
2004	14.209,6	14.221,9	18.618,6	0,86	1,31	100,0	-
2005	17.060,3	17.746,6	25.948,6	1,04	1,52	120,9	100,0
2006	20.492,8	23.407,8	35.312,8	1,14	1,72	132,6	113,2
2007	26.620,2	27.754,1	43.388,7	1,04	1,62	120,9	106,6
2008	32.085,8	33.556,0	54.128,3	1,05	1,68	122,0	110,5

A Tabela 3, desdobrando-se da parte final da Tabela 1, expõe a evolução dos empréstimos pari passu com a do Patrimônio Líquido no período sob foco, ressaltando a sobriedade e o grau de atitude prudencial da Administração à vista da relação entre os saldos dos empréstimos brutos e os do patrimônio: observe-se que, entre 2004 e 2005, essa

relação aumentou em 20,9%, contrastando com o acréscimo de apenas 10,5% entre os anos de 2005 e 2008.

Sem levar em conta a relação entre os valores de principal dos empréstimos e os do patrimônio (que ficaram praticamente na média anual unitária, como era de se esperar numa entidade que movimenta basicamente recursos financeiros próprios) a alavancagem de recursos de 68,0%, em 2008, foi bastante significativa (menor apenas que a verificada em 2006, o primeiro ano dos últimos três em que a Cooperativa apresentou resultados positivos mais relevantes). Também é importante destacar que essa alavancagem se deu primordialmente em função da ampliação dos prazos dos empréstimos, posto que os juros, além de terem sido tabelados pelo Governo a partir de abril de 2008, já vinham sendo paulatinamente reduzidos no período, como se demonstra em seguida neste relatório.

Para o período como um todo, essa alavancagem de recursos não passou de 22,0%, comparando-se 2004, com o índice de 1,31, e 2008, com 1,68: um crescimento bastante frugal que reforça aquela sobriedade na administração desses recursos a que se fez referência acima, ao mesmo tempo em que se observa como se alonga cada vez mais, para o futuro, o ônus da responsabilidade de nossos Dirigentes, Conselheiros e Delegados, com vistas a uma significativa ampliação do quadro de associados da Cooperativa e à manutenção criteriosa do equilíbrio, solidez e da capacidade de reprodução financeira da CREDFAZ.

Contudo, essa capacidade de reprodução financeira da Cooperativa, refletida normalmente no nível das sobras apresentadas ano a ano, vem sendo objeto de discussões, e até de críticas, no âmbito deste Conselho de Administração e fora dele, embora os resultados de 2008 tenham ficado abaixo dos de 2007, e pouco superiores aos obtidos em 2006.

É evidente que não se pode ter como propósito “zerar” os resultados positivos da Cooperativa, mas tudo indica (e não falta vontade para isso) que a regulação das taxas de juros, com sua conseqüente redução, pode ser mais aperfeiçoada tanto quanto seja possível esperar reduções na taxa de juros oficiais (SELIC), bem como nos juros em geral,

conforme é voz corrente na área econômica do Governo e entre os agentes de mercado, de produção e consumo, mais assolados pela crise.

Esse trabalho já foi iniciado por este Conselho desde a última reunião em dezembro de 2008, e seus efeitos já se fizeram sentir nos primeiros dois meses do ano novo.

A Diretoria e o Conselho de Administração continuam empenhados na discussão desse problema e deverão encontrar no início do ano solução mais adequada em benefício de nossos associados e que comprometa minimamente, se este for o caso, a estrutura econômica e financeira da CREDFAZ.

2. RELATÓRIO CONTÁBIL E FINANCEIRO

O crescimento da CREDFAZ pode ser constatado pela exibição das principais contas e dados organizados abaixo:

COMPARATIVO ANUAL			
	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008
01 = DISPONIBILIDADE	540.937,64	2.073.237,57	2.338.480,98
02 = EMPRÉSTIMOS	23.407.758,63	27.754.079,37	33.556.016,61
03 = DEP PRAZO	1.203.587,62	1.400.821,15	1.124.595,07
04 = FATES	819.088,61	1.061.097,38	1.311.818,10
05 = OBR. FISCAIS E PREVID.	1.731.619,48	2.070.355,70	2.713.298,57
06 = JUROS AO CAPITAL	932.472,23	1.123.464,08	1.337.869,95
07 = PATRIMONIO LIQUIDO	20.492.869,18	26.620.292,03	32.085.883,01
08 = CAPITAL SOCIAL	13.543.497,26	16.950.811,85	19.742.276,37
09 = RESERVA LEGAL	3.923.966,96	5.449.036,81	7.972.384,32
10 = SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (líquidas)	3.025.404,96	4.220.443,37	4.371.222,32
11 = TOTAL DE ASSOCIADOS	4.725	4.671	4.591

Obs: os saldos de empréstimos acima estão líquidos da provisão para devedores duvidosos.

1 = DISPONIBILIDADE

Os saldos apresentados no final de cada exercício refletem a liquidez e a solidez da CREDFAZ.

No que se refere a 2008, com saldo final superior ao de 2007, isto não deve causar espécie ao analista, já que resultou da maior capacidade de acumulação de reservas da Cooperativa, da ainda baixa dinâmica na entrada de novos associados e da ampliação dos prazos dos empréstimos em geral, o que torna menos freqüente a renovação dos mesmos.

Dados mais consistentes sobre o assunto são mais claramente refletidos nos percentuais das relações entre “disponibilidades/patrimônio

líquido” para os dois últimos anos: em 2007, de 7,79%; e em 2008, de 7,29%.

A liquidez média real da Cooperativa, avaliada com base na disponibilidade de recursos financeiros ao final de cada mês, vis-à-vis o início do mesmo período, apresentou-se crescente, comparando-se 2008 sobre 2007, o que preocupa a Diretoria e deu margem a que se aprovasse, no Conselho de Administração, o aumento dos limites de valores para os empréstimos e se desse prioridade absoluta e empenho máximo na conquista de novos associados.

2 = EMPRÉSTIMOS

Operações de Crédito:

Demonstrativo da composição da carteira de empréstimos (valores de principal mais provisão para devedores duvidosos), de acordo com os seus respectivos prazos de vencimentos, operações a vencer e operações vencidas, no período de 2006 a 2008:

OPERAÇÕES A VENCER

	Ano 2006	
	A vencer (em dias)	(%)
Até 180	4.971.978,84	20,70
De 181 a 360	4.660.621,95	19,41
Acima de 360	14.383.272,70	59,89
Total	24.015.873,49	100,00

Ano 2007
A vencer (em dias) (%)

Até 180	5.029.027,31	17,71
De 181 a 360	4.587.015,86	16,16
Acima de 360	18.776.465,72	66,13
Total	28.392.508,89	100,00

Ano 2008
A vencer (em dias) (%)

Até 180	4.899.330,19	14,35
De 181 a 360	4.411.720,73	12,92
Acima de 360	24.838.051,68	72,73
Total	34.149.102,60	100,00

OPERAÇÕES VENCIDAS

Ano 2006
Vencidas (em dias) (%)

Até 180	229.162,12	42,41
De 181 a 360	84.071,35	15,56
Acima de 360	227.102,81	42,03
Total	540.336,28	100,00

Ano 2007
Vencidas (em dias) (%)

Até 180	242.573,17	47,76
De 181 a 360	69.920,21	13,77
Acima de 360	195.371,37	38,47
Total	507.864,75	100,00

Ano 2008
Vencidas (dias) (%)

Até 180	313.022,77	58,58
De 181 a 360	60.777,04	11,37
Acima de 360	160.569,29	30,05
Total	534.369,10	100,00

No tocante às operações a vencer, registre-se o importante acréscimo de valores naquelas com prazo acima de um ano, de 30,54% em 2007 relativamente a 2006 – um resultado já esperado, decorrente do alongamento dos prazos dos empréstimos ocorrido durante 2007. O mesmo efeito (ainda um pouco ampliado) se deu em 2008 comparado a 2007, com o aumento de 32,28% no valor dos empréstimos. Com relação às operações vencidas, destaque-se a queda de valores nas duas faixas de prazos analisadas, e conseqüentemente no total.

Por outro lado, em conformidade com a Resolução nº. 2.682/99, do Banco Central do Brasil, a provisão para crédito de realização duvidosa, em 31.12.2008, foi assim constituída:

Período de Atraso	Níveis	% de provisão	Saldo Carteira	Provisão Constituída
	AA	0,00	0,00	0,00
Normal atraso até 15 dias	A	0,50	29.178.926,20	145.894,81
Atraso de 16 a 30 dias	B	1,00	1.733.199,42	17.332,00
Atraso de 31 a 60 dias	C	3,00	2.068.904,62	62.067,14
Atraso de 61 a 90 dias	D	10,00	570.297,13	57.029,72
Atraso de 91 a 120 dias	E	30,00	251.048,25	75.314,48
Atraso de 121 a 150 dias	F	50,00	165.176,46	82.588,23
Atraso de 151 a 180 dias	G	70,00	95.636,37	66.945,46
Atraso mais de 180 dias	H	100,00	620.283,25	620.283,25
		Total	34.683.471,70	1.127.455,09

Risco H:

Estas operações se encontram sob a responsabilidade do Escritório de Advocacia, para cobrança judicial; são contratos celebrados a partir de 2000 que vêm sendo renegociados ou recebidos parcialmente, com retorno satisfatório. O valor desses débitos está totalmente provisionado, de acordo com inciso VIII do art. 6 da Resolução 2682/99, do Banco Central do Brasil. A operação objeto de renegociação deve ser mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, mesmo que a operação seja considerada como “adimplente” na atualidade, caso de 58,29 % do valor total classificado no risco H. A Diretoria tem revisado manualmente aqueles casos de devedores que se interessam em repactuar suas dívidas; estes, daí em diante, passam a ser considerados como adimplentes, e são, dessa forma, excluídos do nível de risco H.

O quadro a seguir demonstra a real situação das operações, e a sua composição na carteira de empréstimos classificados em risco H, para os anos de 2007 e 2008, de acordo com as liberações contratuais anuais:

Ano de Contrato	Total Ano 2007	Total Ano 2008
2000	26.843,31	22.910,73
2001	14.859,67	11.552,52
2002	32.786,54	17.047,79
2003	11.538,56	5.254,63
2004	61.928,74	36.191,30
2005	147.425,84	63.297,36
2006	385.898,05	162.154,59
2007	96.135,56	238.850,72
2008	0,00	63.023,61
TOTAL	777.416,27	620.283,25

Os quadros abaixo demonstram a real situação das operações adimplentes ou inadimplentes, na composição da carteira de empréstimos classificados em risco H, entre os anos 2005, 2006, 2007 e 2008.

Constata-se que a “adimplência” (entre essas operações de maior risco) elevou-se de 49,71%, em 2005, para 58,29%, em 2008, numa evolução muito positiva que demonstra o empenho da administração na solução desses casos, ainda mais tendo-se em conta que, em 2006 e 2007, esses índices ficaram em 66,64% e 77,65%, respectivamente .

Com relação aos contratos de 2007, na tabela acima, observa-se acréscimo aparentemente exorbitante, na comparação com os 05 anos anteriores, sobretudo entre o total dos contratos de 2008 e os de 2007: o efeito se deveu basicamente em função do prazo máximo de 6 meses de atraso no pagamento das prestações (como é exigência do Banco Central) para inscrever o inadimplente no nível de risco H, comparativamente aos prazos de empréstimos cada vez mais alongados da Cooperativa (saímos de 24 meses em 2004 para os 60 meses aprovados desde julho de 2007).

O assunto tem sido discutido com representantes do Sicoob/Central/DF e do Banco Central, e, com relação ao mesmo, deve-se ter um desdobramento positivo com vistas a uma compatibilização mais adequada desses prazos e limites, ainda neste ano.

Adimplência e Inadimplência em relação às operações em risco H:

ANO 2005

ANOS	INADIMPLENTE	ADIMPLENTE	TOTAL	IN/Total	AD/Totall	TOTAL
2000	47.680,11	-	47.680,11	100	-	100
2001	20.381,80	-	20.381,80	100	-	100
2002	41.025,70	7.933,49	48.959,19	83,80	16,20	100
2003	23.426,21	33.074,32	56.500,53	41,46	58,54	100
2004	105.968,92	72.198,91	178.167,83	59,48	40,52	100
2005	51.632,70	173.567,69	225.200,39	22,93	77,07	100
TOTAL	290.115,44	286.774,41	576.889,85	50,29	49,71	100

ANO 2006

ANOS	INADIMPLENTE	ADIMPLENTE	TOTAL	IN/Total	AD/Totall	TOTAL
2000	24.723,34	20.985,46	45.708,80	54,09	45,91	100
2001	16.866,29	2.261,39	19.127,68	88,18	11,82	100
2002	27.100,56	18.648,22	45.748,78	59,24	40,76	100
2003	16.919,02	14.882,92	31.801,94	53,20	46,80	100

2004	68.022,22	84.713,88	152.736,10	44,54	55,46	100
2005	78.275,39	145.656,50	223.931,89	34,95	65,05	100
2006	27.626,70	231.409,01	259.035,71	10,67	89,33	100
TOTAL	259.533,52	518.557,38	778.090,90	33,36	66,64	100

ANO 2007

ANOS	INADIMPLENTE	ADIMPLENTE	TOTAL	IN/Total	AD/Totall	TOTAL
2000	20.636,34	6.206,97	26.843,31	76,88	23,12	100
2001	1.284,70	13.574,97	14.859,67	8,65	91,35	100
2002	6.982,91	25.803,63	32.786,54	21,30	78,70	100
2003	2.620,97	8.917,59	11.538,56	22,71	77,29	100
2004	30.379,15	31.549,59	61.928,74	49,06	50,94	100
2005	38.843,55	108.582,29	147.425,84	26,35	73,65	100
2006	71.921,65	313.976,40	385.898,05	18,64	81,36	100
2007	1.058,18	95.077,38	96.135,56	1,10	98,90	100
TOTAL	173.727,45	603.688,82	777.416,27	22,35	77,65	100

ANO 2008

ANOS	INADIMPLENTE	ADIMPLENTE	TOTAL	IN/Total	AD/Totall	TOTAL
2000	20.636,34	2.274,39	22.910,73	90,07	9,93	100
2001	11.552,52	-	11.552,52	100,00	-	100
2002	7.200,22	9.847,57	17.047,79	42,24	57,76	100
2003	528,07	4.726,56	5.254,63	10,05	89,95	100
2004	29.809,60	6.381,70	36.191,30	82,37	17,63	100
2005	36.315,76	26.981,60	63.297,36	57,37	42,63	100
2006	61.642,14	100.512,45	162.154,59	38,01	61,99	100
2007	60.305,72	178.545,00	238.850,72	25,25	74,75	100
2008	30.723,59	32.300,02	63.023,61	48,75	51,25	100
TOTAL	258.713,96	361.569,29	620.283,25	41,71	58,29	100

Inadimplência geral da carteira para os anos de 2006, 2007 e 2008

Saldo da Carteira de Empréstimos/2006	Inadimplência	Percentual Sobre a Carteira Empréstimos
23.407.758,63	259.533,52	1,11%

Saldo da Carteira de Empréstimos/2007	Inadimplência	Percentual Sobre a Carteira Empréstimos
27.754.079,37	173.727,45	0,62%

Saldo da Carteira de Empréstimos/2008	Inadimplência	Percentual Sobre a Carteira Empréstimos
34.683.471,70	258.713,96	0,75%

Como se vê, a inadimplência geral da carteira subiu ligeiramente. Comparando-se com o aumento entre 2007 e 2008 da carteira, conclui-se que a inadimplência manteve-se em nível percentual praticamente simbólico.

Por proposta da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração da CREDFAZ aprovou, para vigorar a partir de 2 de Janeiro 2009, alteração das taxas de juros, prazos e respectivos valores-teto dos empréstimos, mantendo a tabela de bonificação, ou seja, descontos nas taxas de juros estabelecidas calculados sobre o valor do empréstimo solicitado, conforme segue:

QUADRO DE EVOLUÇÃO DAS TAXAS E PRAZOS DE VENCIMENTO

PRAZOS	TAXAS DE JUROS/ 01 maio/2006	TAXAS DE JUROS/ 05 outubro/2006	TAXAS DE JUROS/05 julho/2007	TAXAS DE JUROS/ 01 abril/2008	TAXAS DE JUROS/02 janeiro/2009
De 01 a 06 meses	1,70% a.m.	1,45% a.m.	1,30% a.m.	1,30% a.m.	1,50% a.m.
De 07 a 12 meses	2,00% a.m.	1,95% a.m.	1,80% a.m.	1,80% a.m.	1,80% a.m.
De 13 a 18 meses	2,40% a.m.	2,35% a.m.	2,20% a.m.	2,15% a.m.	2,05% a.m.

De 19 a 24 meses	2,60% a.m.	2,50% a.m.	2,40% a.m.	2,20% a.m.	2,10% a.m.
De 25 a 30 meses	2,80% a.m.	2,55% a.m.	2,45% a.m.	2,25% a.m.	2,15% a.m.
De 31 a 36 meses	2,80% a.m.	2,65% a.m.	2,55% a.m.	2,30% a.m.	2,20% a.m.
De 37 a 42 meses		2,75% a.m.	2,65% a.m.	2,35% a.m.	2,25% a.m.
De 43 a 48 meses		2,80% a.m.	2,70% a.m.	2,40% a.m.	2,30% a.m.
De 49 a 54 meses			2,75% a.m.	2,45% a.m.	2,35% a.m.
De 55 a 60 meses			2,80% a.m.	2,50% a.m.	2,35% a.m.

O prazo de 60 meses foi fixado em julho de 2007; contudo, a taxa de juros máxima vem sendo reduzida desde maio de 2006, caindo de 2,8% ao mês nesta data (quando o prazo máximo dos empréstimos era de 36 meses), para 2,2% em janeiro de 2009. Em relação aos empréstimos a prazos mais longos, é importante ressaltar que a taxa máxima de 2,8% de julho de 2007 foi fixada em 2,35% ao mês (para as operações de 55 a 60 meses), na última reunião do Conselho realizada em dezembro de 2008.

Nesse ínterim, ou seja, em março de 2008, o Governo Federal baixou decreto reduzindo as taxas de juros do crédito consignado para o teto máximo de 2,5% ao mês, conforme penúltima coluna da tabela acima.

Todavia, mediante reavaliação feita já no começo de 2009, constatou-se que a redução dos juros de dezembro de 2008 mostrou-se bastante tímida comparativamente ao comportamento (trajetória de queda) da taxa oficial de juros SELIC adotada pelo Governo (Copom/Bacen) que foi reduzida em janeiro deste ano, em nível significativo, o que levou a Diretoria e o Conselho de Administração a programarem nova discussão da matéria.

Valores, Prazos e bonificações dos Empréstimos:

QUADRO DE EVOLUÇÃO DOS LIMITES DE VALOR DOS EMPRÉSTIMOS, SEGUNDO OS PRAZOS DE VENCIMENTO.

PRAZOS	VALORES TETOS 01/05/2006	VALORES TETOS 05/10/2006	VALORES TETOS 05/07/2007	VALORES TETOS 01/04/2008	VALORES ATUAIS a partir 02/01/2009
De 01 a 06 meses	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00
De 07 a 12 meses	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00

De 13 a 18 meses	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00
De 19 a 24 meses	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00
De 25 a 30 meses	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00
De 31 a 36 meses	R\$ 18.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00
De 37 a 42 meses		R\$ 18.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 49.900,00
De 43 a 48 meses		R\$ 18.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 49.900,00
De 49 a 54 meses			R\$ 10.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00
De 55 a 60 meses			R\$ 10.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00

TETOS MÁXIMOS DE EMPRÉSTIMOS PARA COOPERADOS.

Tetos máximos de empréstimos para cooperados acima de 65 anos:
De 66 a 70 anos é de R\$ 39.920,00 até 42 meses (80% do teto máximo)
De 71 a 75 anos é de R\$ 34.930,00 até 36 meses (70% do teto máximo)
De 76 a 80 anos é de R\$ 29.940,00 até 30 meses (60% do teto máximo)
De 81 a 85 anos é de R\$ 24.950,00 até 24 meses (50% do teto máximo)
Acima de 86 anos R\$ 19.960,00 em 18 meses (40% do teto máximo)

OBS: Para renovar tem que pagar integralmente 20% do total de parcelas do empréstimo vigente ou possuir margem consignável suficiente para assumir uma parcela 20% superior ao que paga respeitando o limite de 60 meses.
OBS: Para compra de dívida o valor máximo é de R\$49.900,00 no prazo máximo de 60 meses para pagamento, e associado com idade até 65 anos.
OBS: Após a bonificação a taxa mínima não pode ser inferior a 1,47% a.m.

TABELA DE BONIFICAÇÃO QUE VIGOROU ATÉ 31/12/2008

PERCENTUAL DO CAPITAL, INTEGRALIZADO	DESCONTO CONCEDIDO (desconto nominal na taxa de juros)
De 1.000,00 até 2.000,09	0,03%
De 2.000,10 até 4.000,09	0,06%
De 4.000,10 até 6.000,09	0,08%

De 6.000,10 até 8.000,09	0,10%
De 8.000,10 até 10.000,09	0,12%
De 10.000,10 até 12.000,09	0,15%
Acima de 12.000,10	0,20%

Continuamos utilizando a tabela de redutor da taxa de juros, um benefício adicional para os associados que fazem um esforço maior para aumento do seu capital na cooperativa, possibilitando-lhes taxa de juros mais reduzida, a partir de 1,47% ao mês.

As novas medidas adotadas, especialmente o alongamento do prazo máximo para 60 meses, em julho de 2007, resultaram da constatação do ótimo resultado em sobras que a cooperativa apresentaria ao final do ano, como de fato ocorreu. Essas sobras, inclusive os juros sobre o capital normalmente pagos aos associados, comparativamente ao valor médio do capital social, variaram de 29,3%, em 2005, para 33,5% em 2006, 36,5% em 2007, 33,3% em 2008.

As taxas de juros, bem como os prazos e limites de valores por faixa dos empréstimos, continuam sendo monitorados e avaliados pela Diretoria e o Conselho de Administração, com vistas a mudanças no futuro (para patamares inferiores nas taxas, e superiores nos prazos e limites), de modo que não sejam afetados significativamente o equilíbrio e a solidez econômica e financeira da cooperativa, muito menos a sua capacidade de reprodução financeira, cuja importância nunca é demais ressaltar.

3 – DEPÓSITOS A PRAZO

Nos valores de depósitos a prazo houve um acréscimo significativo, entre 2005 e 2006, como resposta à melhor remuneração oferecida pela cooperativa aos investidores; mas entre 2006 e 2007, houve pequeno acréscimo nos depósitos, provavelmente em função da pouca divulgação dessa alternativa de poupança, entre os potenciais interessados. Para 2008, o saldo desses depósitos ficou abaixo comparativamente ao do ano

anterior já que houve um crescimento de concorrência nessa área, com bancos e financeiras oferecendo rendimentos bastante superiores aos das cooperativas em geral. O assunto está sendo objeto de reavaliação entre os Diretores e os demais integrantes do Conselho de Administração.

4 - FATES

O FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social - teve um aumento de 23,62% resultante da destinação das sobras do exercício de 2008, tendo sido utilizados recursos de acordo com regulamento no valor R\$ 6.410,00(seis mil quatrocentos e dez reais).

	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008
FATES	819.088,61	1.061.097,38	1.311.818,10

<i>SALDO 31/12/2007</i>	<i>1.061.097,38</i>	<i>157.565,13</i>
<i>20% PARA UTILIZAÇÃO 2008</i>		<i>212.219,48</i>
<i>VALOR UTILIZADO 2008</i>		<i>6.410,00</i>
<i>SALDO 31/12/2008</i>	<i>1.311.818,10</i>	<i>205.809,48</i>
<i>20% PARA UTILIZAÇÃO 2009</i>		<i>262.363,62</i>

5 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Até que se julgue o mérito, a Cooperativa continua provisionando PIS e COFINS sobre os resultados dos atos cooperativos, somando-se, até 31/12/2008, o valor R\$ 2.475.354,86 (dois milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), conforme segue:

CONTA	VALOR
PIS A RECOLHER	354.456,08
COFINS A RECOLHER	2.120.898,78
TOTAL	2.475.354,86

6 – JUROS AO CAPITAL

A provisão de juros ao capital (de 0,6% ao mês, perfazendo 7,2% ao ano) teve um aumento de 19,08%, em relação a dezembro de 2007 e seu valor já foi creditado (em 31.12.2008) na conta capital de cada associado, deduzindo-se o Imposto de Renda à taxa de 15%, conforme segue:

Crédito de juros ao Capital	1.137.188,58
IRRF sobre juros ao Capital	200.681,37
Total da provisão de juros ao Capital	1.337.869,95

	ANO 2007		ANO 2008
JUROS AO CAPITAL	1.123.464,08	JUROS AO CAPITAL	1.337.869,95

7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Líquido 2006	Patrimônio Líquido 2007	Patrimônio Líquido 2008
20.492.869,18	26.620.292,03	32.085.883,01
Percentual de Aumento	Anos 2007/ 2006 29,90%	Anos 2008 / 2007 20,53%

8 – CAPITAL SOCIAL

Capital Social 2008	Sobras Líquidas 2008	Rentabilidade Ano de 2008
19.742.276,37	4.371.222,32	22,14%

As sobras brutas apresentadas pela Cooperativa, inclusive os juros sobre o Capital Social, no último quadriênio (2005 a 2008), mostraram-se crescentes, quando comparada a evolução de seus valores com os da média do Capital Social e do Patrimônio Líquido, ano a ano, conforme tabela abaixo.

Ano	Sobras/Cap. Social (%)	Sobras/Pat. Líquido (%)
2005	29,3	22,2
2006	33,4	24,5
2007	36,4	25,8
2008	33,2	23,2

9 - RESERVA LEGAL

O Fundo de Reserva Legal, devido a receitas não operacionais e ao acréscimo das sobras do exercício de 2007, autorizado em assembléia, apresentou crescimento de 46,31%, fortalecendo-se ainda mais a solidez da CREDFAZ.

RESERVA LEGAL	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008
	3.923.966,96	5.449.036,81	7.972.384,32
Percentual de Aumento	Anos 2006/ 2005 20,89%	Anos 2007/ 2006 38,87%	Anos 2008/ 2007 46,31%

10 – SOBRAS ACUMULADAS

Sobra Líquida 2006	Sobra Líquida 2007	Sobra Líquida 2008
3.025.404,96	4.220.443,37	4.371.222,32
Anos 2006/ 2005 38,49%	Anos 2007 / 2006 39,50%	Anos 2008 / 2007 3,57%

A sobra do exercício 2008 fechou no valor de R\$ 4.371.222,32, obtendo-se um aumento de 3,57% em comparação com as sobras do exercício de 2007 - R\$ 4.220.443,37. (Já deduzidos o FATES, 5%, e Fundo de Reserva, 10%).

Este dado é provavelmente o melhor indicador da permanente preocupação da administração da CREDFAZ em relação ao controle sobre o nível e variação de suas taxas de juros, ao mesmo tempo em que eram ampliados os prazos das operações e se aumentava o teto de valor dos empréstimos, já que o aumento das despesas gerais seguiu o padrão normal das revisões salariais do setor, com a única exceção do dispêndio a maior que se teve com a cessão em tempo integral do Diretor Financeiro, conforme autorização desta Assembléia.

Contudo, é importante destacar que o valor dos juros previstos nas operações renovadas e nas quitações antecipadas são contabilizados como despesas da Cooperativa, de conformidade com critérios e determinação do Banco Central, e que estes valores tiveram impacto relevante, nas despesas de 2008, de acordo com a tabela a seguir:

ANO	VALOR (em R\$)	VARIAÇÃO (%)
2006	1.430.843,00	100,0
2007	1.797.366,41	125,6
2008	2.711.724,87	189,5

11 - ASSOCIADOS

Em cumprimento ao Estatuto Social da CREDFAZ, Art.16 Parágrafo primeiro - Cada associado deverá subscrever, no mínimo, 120 (cento e vinte) quotas-partes. Após minuciosa verificação, os associados que não se enquadravam na menção do referido parágrafo, nem estavam ativos, nem capitalizando, tiveram seus saldos transferidos para o fundo de reserva da CREDFAZ mediante um trabalho cuidadoso que foi iniciado em 2006 e concluído em 2008. Desta forma, retirando-se os expurgados, demitidos e falecidos até dezembro de 2008, o número total

de associados fechou em 4.591, com o capital social de 19.742,0 mil (dezenove milhões e setecentos e quarenta e dois mil reais), variando no período conforme demonstrativo abaixo.

	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008
TOTAL DE ASSOCIADOS	4.725	4.671	4.591

ANO 2006

ASSOCIADOS ADMITIDOS 2006	ASSOCIADOS DEMITIDOS 2006	TRANSF. RESERVA LEGAL 2006	FALECIDOS 2006	TOTAL
118	(114)	(17)	(20)	(33)

ANO 2007

ASSOCIADOS ADMITIDOS 2007	ASSOCIADOS DEMITIDOS 2007	TRANSF. RESERVA LEGAL 2007	FALECIDOS 2007	TOTAL
67	(81)	(22)	(18)	(54)

ANO 2008

ASSOCIADOS ADMITIDOS 2008	ASSOCIADOS DEMITIDOS 2008	TRANSF. RESERVA LEGAL 2008	FALECIDOS 2008	TOTAL
51	(67)	(37)	(27)	(80)

O programa de novos associados, em 2008, obteve 51(cinquenta e uma) novas inscrições, sendo poucas delas indicações de associados veteranos que aproveitaram o benefício da campanha lançada pela cooperativa.

Tudo indica que, para ganhar maior força no futuro, o programa vai requerer empenho maior de nossos Conselheiros, Diretores, e principalmente, de nossos Delegados, que estão em permanente contato direto com nossos colegas nas repartições.

Com vistas a isso, a CREDFAZ já aprovou mudanças no regulamento, para vigência durante o ano de 2009; para cada grupo de

3(três) novos cooperados apresentados e aceitos no quadro social da CREDFAZ, o sócio apresentador receberá uma bonificação mais vantajosa, que pode ser compartilhada com o novos associados, inclusive com a concessão de metade de sua primeira cota de capital na Cooperativa.

3.ASSUNTOS DIVERSOS

1 - TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DE SINISTRO

A taxa administração de 1% (um por cento), sobre o valor bruto de empréstimo concedido a associado pessoa jurídica, e a taxa de sinistro cobrada sobre o valor bruto do empréstimo concedido ao associado, pessoa física, continuam em vigor, variando a segunda conforme a idade do associado falecido.

Valor do saldo para cobertura de eventuais sinistros; até 31/12/2008, foi de R\$ 787.987,52 (setecentos e oitenta e sete mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

	PAGAMENTOS POR FALECIMENTOS (A)	PROVISÕES (B)	(A)/(B) %	SALDOS (C)	(A)/(C) %
ANO 2005	49.988,68	155.193,32	32,2	105.204,64	47,5
ANO 2006	172.471,09	331.980,15	52,0	264.713,70	65,2
ANO 2007	168.156,79	391.198,68	43,0	487.755,59	34,5
ANO 2008	201.497,83	501.729,76	40,2	787.987,52	25,6

OBS: ANO 2005 09 Falecimentos 03 com idade acima 65 Anos
 ANO 2006 20 Falecimentos 10 com idade acima 65 Anos

ANO 2007 18 Falecimentos 12 com idade acima 65 Anos
 ANO 2008 27 Falecimentos 19 com idade acima 65 Anos

O fundo de sinistros tem operado positivamente e trazido maior tranqüilidade à Administração da Cooperativa: basta observar-se as relações percentuais entre, de um lado, “pagamentos por falecimentos e provisões”, e, de outro, desses pagamentos e os saldos finais dos anos, que têm sido decrescentes, conforme tabela acima.

NUMERO DE ASSOCIADOS POR FAIXAS DE IDADE NA CREDFAZ.

Faixas de Idades	Numero de Associados em 31/12/2007
De 20 a 30 anos	39
De 31 a 40 anos	214
De 41 a 50 anos	1340
De 51 a 60 anos	1627
De 61 a 70 anos	769
De 71 a 80 anos	468
De 81 a 90 anos	125
Acima de 91 anos	09

2 - ASSOCIADOS DESLIGADOS EM 2008

	ANO 2007	ANO 2008
COTAS CAPITAIS A PAGAR	282.903,64	241.114,11

Os 67 (sessenta e sete) associados que pediram desligamento em 2008 receberão as suas cotas a partir de abril 2009, totalizando R\$ 241.114,11, saldo em 31/12/2008.

3 – AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS

A CREDFAZ no mês de maio de 2008 fez aquisições de 32 equipamentos de informática no valor total de R\$ 31.548,00 (trinta e um mil quinhentos e quarenta e oito reais), visando a substituição de equipamentos obsoletos e a dar mais eficiência e rapidez aos trabalhos.

4 – CURSOS E TREINAMENTOS

No ano de 2008, foram ministrados diversos cursos, por profissionais especializados, organizados pelo SICOOB CENTRAL DF, e tendo como clientela os empregados da Cooperativa. Teve-se como objetivo melhorar o atendimento aos associados e buscar maior satisfação e entrosamento dos empregados no desempenho de suas atividades.

5 – DEMANDAS JUDICIAIS

Com relação às Demandas Judiciais em desfavor da CREDFAZ, existem dois processos em tramitação, referentes a questões relacionadas com empréstimos, sendo uma em Natal, RN, (sobre interdição de associado) e outro em Porto Alegre, RS (revisão de juros).

AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS PELA CREDFAZ – 30 (trinta) processos de execuções movidos contra cooperados inadimplentes.

Brasília DF, em 10 de março de 2009.

João Dias Neto
Presidente Conselho de Administração

Edivaldo Franklin de Medeiros
Secretário